

Parecer nº 92/97

Data: 1997.09.02

Processo nº 220

Requerente: Direcção-Geral de Fiscalização e Controlo da Qualidade Alimentar.

1. Do Pedido

- 1.1. A Direcção-Geral de Fiscalização e Controlo da Qualidade Alimentar (DGFCQA), solicita parecer à CADA, nos termos da alínea d) do nº 1 do artigo 15º da Lei do Acesso aos Documentos Administrativos (LADA), sobre a possibilidade de acesso por parte do “PINGO DOCE” às informações que possui relativas à atribuição do número do controlo veterinário aos estabelecimentos de produtos transformados de origem animal, uma vez que aquela empresa é destinatária habitual desse tipo de produtos.
- 1.2. Dado que a questão suscitada naquele ofício não era suficientemente esclarecedora da situação, foram solicitados àquela Direcção-Geral mais elementos.
- 1.3. Consequentemente, o ofício nº 3660, de 97-06-26, refere que o “PINGO DOCE” pretende saber “quais os estabelecimentos nacionais aos quais foi atribuído o número de controlo veterinário e marca de salubridade comunitária homologada (por produtos), a fim de aquela empresa poder realizar, de forma adequada, o controlo de produtos de origem animal nos seus entrepostos.

2. Direito

- 2.1. Nos termos do Decreto-Lei nº 98/97, de 26 de Abril, a Direcção-Geral de Fiscalização e Controlo da Qualidade Alimentar (DGFCQA) é a entidade competente para a “atribuição do número de controlo veterinário aos estabelecimentos de produtos transformados de origem animal, incluindo os tratados termicamente e os de pesca ...” (cfr. nº 2 do artigo 2º).
- 2.2. Aquela Direcção-Geral diz ser possuidora da informação relativa a esses números, bem como às empresas a que dizem respeito.
- 2.3. De referir, no entanto, que a efectivação do direito de acesso pressupõe, naturalmente, a existência da documentação solicitada, ou seja, a Administração fica vinculada a permitir o acesso a qualquer pessoa, se elaborou ou detém qualquer suporte de informação contendo os dados pedidos.
- 2.4. Trata-se, em nosso entender, de documentos de carácter não nominativo (cfr. alínea a) do nº 1 do artigo 1º e nº 1 do artigo 4º da LADA) e afigura-se -nos que tais elementos não se revelam susceptíveis de porem em causa segredos comerciais, industriais ou sobre a vida interna das empresas (cfr. nº 1 do artigo 10º da LADA, na redacção dada pela Lei nº 8/95, de 29/3), pelo que fica afastada a possibilidade de recusa do acesso a tais documentos.

Com efeito, aquele controlo assume um carácter eminentemente público, porquanto visa assegurar a salubridade dos produtos transformados de origem animal.

3. Conclusão

A CADA delibera dar parecer favorável no sentido de a Direcção-Geral de Fiscalização e Controlo de Qualidade Alimentar fornecer à Empresa “PINGO DOCE” os documentos administrativos nos quais constem os estabelecimentos nacionais a que foram atribuídos números de controlo veterinário e marca de salubridade comunitária homologada (por produtos), caso existam.

Lisboa, 2 de Setembro de 1997.

Hélio Corvelo de Freitas (Relator) - Fernando Condesso - José Magalhães - João Figueiredo — José Renato Gonçalves – Branca do Amaral – João Labescat – Armindo José Girão Cardoso (Presidente)